

Indústria gaúcha inicia 2022 confiante

FGV lança índice de inflação específico de aluguéis

ICMS encerra 2021 em níveis históricos e a Indústria é a protagonista

Alguns números do Orçamento da União para 2022

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Indústria gaúcha inicia 2022 confiante

O Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS), divulgado pela FIERGS, ficou praticamente estável em janeiro de 2022, em 58,7 pontos (+0,2 ante dezembro de 2021). O ICEI/RS varia de zero a 100 pontos, acima de 50 revela confiança. Vale ressaltar, porém, que é o menor nível de confiança em um início de ano desde 2017 (51,7).

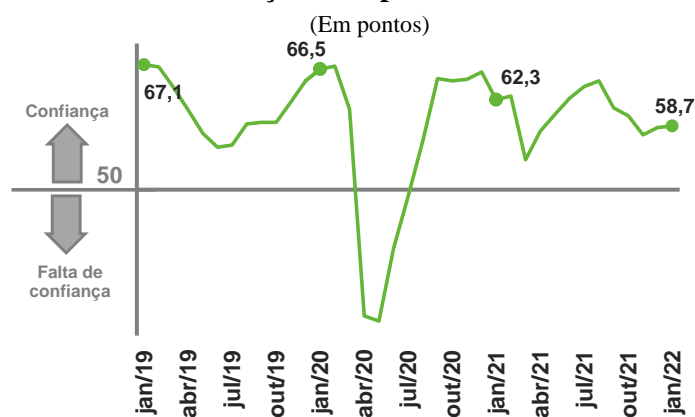
A estabilidade do ICEI/RS em janeiro refletiu as evoluções distintas dos dois componentes. O Índice de Condições Atuais subiu 1,6 ponto ante dezembro, atingindo 54,7 em janeiro. O valor superior a 50 indica que os empresários percebem melhora nas condições dos negócios. Tal percepção, entretanto, ocorre somente nas condições das empresas, cujo índice subiu de 55,7 para 57,1 pontos no período. Já a economia brasileira, conforme os empresários, se ainda não mostra melhora, parou de piorar. O Índice de Condições Atuais da Economia Brasileira cresceu de 47,9 em dezembro para 49,8 pontos em janeiro, muito perto da marca neutra (50). No mês, a parcela de empresas que percebem piora e melhora na economia do país é similar: 24,0% e 21,6% respectivamente.

As expectativas da indústria gaúcha para os próximos seis meses permaneceram positivas em janeiro de 2022 e sem grandes alterações na comparação com o final de 2021. O Índice de Expectativas recuou de 61,2 para 60,7 pontos no período, mas, acima de 50, segue revelando otimismo, tanto para a economia brasileira – índice de 54,7 pontos

(55,0 em dezembro) – quanto, e principalmente, para as empresas – índice de 63,8 pontos (64,3 em dezembro) – Em janeiro de 2022, um terço e 56,9% dos empresários gaúchos estão, respectivamente, otimistas com o futuro da economia e das próprias empresas. Na mesma ordem, os percentuais de pessimistas são 14,7% e 4,9%.

A confiança da indústria gaúcha continua em nível elevado com a volta das atividades e o avanço das exportações, fatores que também sustentam a alta da produção nos últimos meses. Os gargalos ainda presentes na cadeia de suprimentos, com as consequentes pressões nos custos, e as altas dos juros e da inflação ajudam explicar a confiança menor em relação aos anos anteriores, juntamente com os impactos iniciais da estiagem no Estado e o aumento de casos de Covid19.

Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS



Fonte: FIERGS.

FGV lança índice de inflação específico de aluguéis

Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) lançou o IVAR, Índice de Variação de Aluguéis Residenciais. A evolução dos preços de aluguéis é uma variável econômica de enorme relevância, e cuja aferição não é nada trivial. A dificuldade em estimar adequadamente a inflação dos aluguéis afeta as negociações de milhões de contratos e também a análise macroeconômica em diversos aspectos.

A falta de um indicador capaz de refletir de maneira mais precisa os preços dos aluguéis tem sido há muitos anos um obstáculo para a indústria imobiliária no país. Em tese, a referência para a maioria dos contratos é o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), mas, como o próprio nome sugere, trata-se de um indicador que acompanha os preços para o setor produtivo, com bastante influência do dólar e pouco relacionado ao custo de moradia em si.

A grande inovação do IVAR é que ele foi feito exclusivamente para acompanhar a variação de aluguéis residenciais: há, portanto, uma correspondência direta com a dinâmica e os fundamentos do mercado imobiliário, diferentemente do IPCA e IGP-M, por exemplo, que são índices construídos para outros propósitos. Para tanto, a FGV firmou parceria com administradoras de imóveis para coletar os preços de

contratos novos, reajustados e renegociados.

O cálculo do índice é baseado em cerca de 10.000 contratos de locação de imóveis em quatro das maiores capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. O objetivo da instituição é agregar mais cidades e regiões ao longo dos próximos meses, para tornar a amostragem mais completa.

O IVAR terminou 2021 em -0,61%, o que reforça a tese de que, na média de mercado, inquilinos realmente negociaram seus contratos com proprietários no contexto da crise econômica e deixaram de lado o que o IGP-M apontava (a alta em 2021 foi de 17,78%).

Não é possível afirmar que o novo indicador será adotado de forma majoritária como indexador em contratos novos e em renegociações de aluguéis, mas é mais uma opção disponível para inquilinos e proprietários. É preciso dar um tempo para que o mercado entenda melhor o índice, que ele seja de conhecimento de todos e avaliar seu comportamento ao longo do ciclo econômico. Se as partes interessadas entenderem que está refletindo a realidade do mercado, maior a chance de ele ser adotado.

A iniciativa é interessante por buscar preencher uma lacuna que existe há anos no Brasil. Caso funcione bem, toda a sociedade sairá ganhando.

ICMS encerra 2021 em níveis históricos e a Indústria é a protagonista

O ano de 2021 foi marcado por bons números na arrecadação do Estado do Rio Grande do Sul. O ICMS, imposto responsável por grande parte das receitas tributárias estaduais, chegou ao maior patamar da sua série histórica. O imposto alcançou em 2021, o recorde de R\$ 45,7 bilhões em arrecadação, frente a R\$ 36,6 bilhões do ano anterior, resultando em um aumento de 24,9% em termos reais.

Na divisão entre os setores, o que mais contribuiu para o montante do ICMS gaúcho foi a Indústria, com mais de R\$ 27 bilhões que representaram 61% do total arrecadado. Esse valor foi 28,8% maior, em termos reais, do que o contribuído em 2020, tendo sido impulsionado, principalmente, pela Indústria de Transformação (R\$ 21,8 bilhões). Os serviços também apresentaram crescimento na casa dos 20,4% (R\$ 16,4 bilhões em 2021 ante R\$ 13,6 bilhões no ano anterior) e, somente a Agropecuária apresentou recuo de 62,2% (R\$ 105,4 milhões em 2021 frente aos R\$ 278,9 milhões de 2020). A diferença na arrecadação dos setores decorre da própria estrutura do sistema tributário brasileiro, que penaliza as atividades que possuem várias etapas de produção. Há também o efeito de retomada da atividade em 2021 dos setores mais afetados pela pandemia em 2020: Indústria e Serviços.

Em 2021, a arrecadação do ICMS foi impulsionada pelo aquecimento da demanda, ocasionado sobretudo pelo arrefecimento da pandemia, que resultou em um crescimento de 47,8% em abril, 70,8% em maio, 39,6%

em junho e 15,6% em dezembro, na comparação interanual. Além disso, a inflação revelou-se a protagonista da arrecadação observada, fato que se deve, principalmente, pela alta dos preços administrados de itens com baixa elasticidade-preço, como a energia elétrica e os combustíveis.

Vale mencionar que os efeitos desse grande montante de arrecadação vistos em 2021 não representam efetivamente uma melhoria da “saúde fiscal” do Estado de forma sustentada. Embora a relação estabelecida entre receita e PIB no curto prazo apresente indícios de ser maior que 1, essa mesma relação não deve permanecer no longo prazo, quando o valor da elasticidade é projetado em 0,9. Por isso, o Governo do Estado não pode transformar o *boom* arrecadatário em justificativas para a realização de despesas permanentes.

ICMS Gaúcho em 2021

(Em bilhões de R\$)

Setor	2020	2021	Var. real (%)
Agropecuária	0,3	0,1	-62,2
Serviços	13,6	16,4	20,4
Indústria	21,5	27,7	28,8
Extrativa	0,1	0,1	0,2
Transformação	17,6	21,8	24,3
SIUP	3,9	5,8	50,1
Construção	0,0	0,0	0,1
Outros	1,2	1,6	26,0
TOTAL	36,6	45,7	24,9

Fonte: Receita Estadual RS.

Alguns números do Orçamento da União para 2022

Na última sexta-feira (21/01), o Governo Federal sancionou o Orçamento de 2022. A previsão discorrida na LOA é de um *déficit* primário do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) no valor de R\$ 79,3 bilhões, acima do estabelecido pelo Executivo em agosto (*déficit* de R\$ 49,6 bilhões) e 48,9% menor do que o programado para o ano de 2021 (*déficit* de R\$ 155,4 bilhões).

O Espaço Fiscal para 2022 ficou estabelecido em R\$ 113,1 bilhões, decorrente das alterações apresentadas na PEC dos Precatórios. O novo Teto de Gastos foi promulgado no valor de R\$ 1.677,7 bilhões, ante os R\$ 1.610,0 bi estabelecidos na regra antiga. Vale destacar duas movimentações que ampliaram em R\$ 6,0 bilhões o espaço para o aumento das despesas do governo, após a PEC: (i) reestruturação dos gastos com despesa de pessoal (R\$ 2,8 bilhões); (ii) *float* nos gastos de Benefícios Previdenciários (R\$ 3,2 bilhões).

O principal destino do espaço fiscal será os programas sociais. Dentre eles, o mais oneroso é o Auxílio Brasil, orçado em R\$ 89,1 bilhões (crescimento de 152% em relação ao valor do Bolsa Família em 2021) e que ocupará um total de R\$ 54,6 bilhões no espaço fiscal. Esse programa irá contemplar 17,9 milhões de famílias e terá um pagamento médio de R\$

415,00. O Executivo também irá destinar R\$ 1,9 bilhões para o Auxílio Gás, programa de auxílio à compra do gás de cozinha para pessoas de baixa renda.

O segundo maior destino da margem fiscal (R\$ 32,6 bilhões) serão os reajustes das despesas indexadas ao INPC: Benefício Previdenciário, BPC, abono salarial e seguro-desemprego. Em agosto, quando o executivo enviou a proposta orçamentária de 2022, a projeção era de que o INPC alcançaria 6,2% ao final do ano. No entanto, no decorrer do segundo semestre a inflação se tornou mais resiliente, fazendo com que as previsões de gastos fossem revistas para cima.

Por fim, destaca-se o grande montante de recursos que serão utilizadas pelo congresso para fins de ganho político. O Fundo Eleitoral foi sancionado em R\$ 5,0 bi, mais do que o dobro dos recursos distribuídos em 2018 e 2020 (R\$ 1,7 bi e R\$ 2,0 bi, respectivamente). Já o Fundo Partidário ficou orçado em R\$ 1,1 bi em 2022. Com relação as emendas parlamentares, vale destacar o valor de R\$ 16,5 bi de emendas de relator, valor menor do projetado em 2021 (R\$ 26,0 bi). No total, o processo legislativo-eleitoral custará aos cofres públicos em 2022, aproximadamente, R\$ 41,0 bilhões, quase 50% do orçamento destinado ao Auxílio Brasil.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021*	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,3	4,8
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	5,1	0,9
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,8	0,8
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	1,0
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,596	9,189
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,593	1,635
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	5,1
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	5,3
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	5,8
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	3,0	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,7	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	4,7	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,8	114,3	25,6
Indústria	23,9	97,2	149,1	660,7	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	417,1	109,7
Construção	11,4	70,7	97,8	205,4	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	38,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-376,6	1.864,1	430,4
Total	546,4	644,1	-190,7	2.639,1	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,9	11,8
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,4	12,3
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	11,75
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-1,4
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,50
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	-0,6	-2,5
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,1	-6,1
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-5,7	-8,6
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	61,4	63,0
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	81,3	85,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Não houve alterações.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021*	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	57,7	6,3
Indústria	2,8	0,2	-5,6	6,8	0,6
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,5	1,3
Total	2,0	1,1	-6,8	9,6	1,6
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	579,213	622,565
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	107,363	110,749
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,6	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	49,9	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	45,6	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,3	3,8	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	0,5	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	100,1	19,0
Total	20,5	20,4	-42,6	153,6	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	7,9	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	6,6	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	32,3	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	8,3	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,4	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	7,4	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	14,6	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	13,0	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	6,3	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.